



ICPD - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas.

PATRÍCIA RIBEIRO VIEIRA

ASPECTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO PÓS
CF/88: ELEMENTOS FILOSÓFICOS E CONTEXTUAIS.

2011

PATRÍCIA RIBEIRO VIEIRA

ASPECTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO PÓS
CF/88: ELEMENTOS FILOSÓFICOS E CONTEXTUAIS.

Dissertação apresentada como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre no Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva.

17/06/2011

Vieira, Patrícia Ribeiro.

Aspectos da efetividade do direito à educação no pós CF/88: elementos filosóficos e contextuais./ Patrícia Ribeiro Vieira. Brasília, 2011.

133 p.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Brasília, 2011. Programa de Mestrado em Direito. Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva.

1. Direito à educação. 2. Efetividade. 3. Elementos filosóficos e contextuais.. I. Título. II. Da Silva, Frederico Augusto Barbosa (Orientador).

PATRÍCIA RIBEIRO VIEIRA

**ASPECTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO PÓS
CF/88: ELEMENTOS FILOSÓFICOS E CONTEXTUAIS.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro Universitário de Brasília para obtenção do Grau de Mestre em Direito.

Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva.

Brasília, 17 de junho de 2011.

Banca Examinadora:

**Frederico Augusto Barbosa da Silva
(Orientador)**

**Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
(Avaliador)**

**Marcia Dieguez Leuzinger
(Avaliadora)**

**Vanessa Maria de Castro
(Avaliadora)**

A Deus,

Alegria e Força - Vida

A Jorge, Hilda e Lyane,

Meus queridos,

Sangue do meu sangue.

Aos famintos por justiça,

Fraternos irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva, pela confiança que sempre depositou neste trabalho, explanações sempre clarificadoras e convívio ao longo desta trajetória.

À minha família, amigos e igreja, pelo suporte e carinho e por compreenderem os momentos em que estive privada de sua convivência.

À Procuradoria do Paraná, representada em Brasília pelo Dr. César Binder e Dra. Márcia Leuzinger, pelo suporte que me ofereceu no período de conclusão do mestrado.

Às queridas Marley e Gigliola, pela cumplicidade nos diversos períodos do mestrado.

Aos amigos e colegas do mestrado: Gabriela Lima, Cleise Nascimento, Noemy Cabeleira e André Nunes, Thalita, Bruno Vieira, Loren Dutra, Maria do Socorro, Lucas Noura, Bruno Rangel, Eneida e Dario Fava pela convivência enriquecedora e momentos de vida em que crescemos juntos.

Aos professores, por compartilhar seus ensinamentos, em especial, Prof. Dr. Marcelo Dias Varela, Dra. Marcia Dieguez Leuzinger, Dr. Luiz Eduardo de Lacerca Abreu, Dr. Paulo Roberto de Almeida, Dra. Dirce Mendes da Fonseca, Dr. Roberto Freitas Filho, Dra. Neide Terezinha Mallard e Dr. Roberto Armando Ramos de Aguiar.

RESUMO

A presente dissertação visa relacionar aspectos da teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Kumar Sen pertinentes à educação com a efetividade do princípio enunciado no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece educação como direito de todos. Amartya Sen compreende a educação como um dos fatores que colabora para o desenvolvimento de um país. A teoria do desenvolvimento como liberdade dialoga com a tradição liberal, de cunho individualista, e a tradição brasileira, de cunho holista. Dessa forma, se busca compreender o que Amartya Sen tem a dizer para a educação no Brasil. A efetividade está relacionada à capacidade de atingir os fins para os quais a norma foi criada e sua respectiva mudança social. Para medir a efetividade do art. 205 da CF/88, utiliza-se dos dados fornecidos pelo Relatório nacional de acompanhamento dos “objetivos de desenvolvimento do milênio”- ODM, bem como do analfabetismo no Brasil, fornecidos pela Pnad. A análise proposta viabiliza aproximar-se dos avanços e dos desafios que se colocam à frente do desenvolvimento do país em termos educacionais no pós-88. Nesse sentido, foi possível constatar que, não obstante os avanços em termos educacionais, os limites à efetividade do direito à educação são relacionados a aspectos conformadores da tradição brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Educação. Efetividade.

ABSTRACT

This paper aims to relate aspects of the theory of development as freedom of Amartya Kumar Sen education relevant to the effectiveness of the principle in art. 205 of the Constitution, establishing education as a right of all. Amartya Sen understands education as a factor that contributes to the development of a country. The theory of development as freedom dialogues with the liberal tradition of individualistic nature, and the Brazilian tradition of holistic nature. Thus, we seek to understand what Amartya Sen has to say to education in Brazil. The effectiveness is related to the ability to achieve the purposes for which the standard was created and its accompanying social change. To measure the effectiveness of art. 205 of CF/88, uses data provided by the National Monitoring Report of the "millennium development goals" - MDGs, and illiteracy in Brazil, provided by Pnad. The proposed analysis approach enables the advances and challenges ahead of the country's development in post-88 education. Thus, it was found that, despite the advances in educational terms, limits the effectiveness of the right to education are aspects related to compliance of the Brazilian tradition.

Keywords: Development. Education. Effectiveness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃOERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

DESENVOLVIMENTO E LIBERDADEERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.1. ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.2. PREOCUPAÇÃO COM A LIBERDADE NA TRADIÇÃO LIBERAL.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.2.1. O ASPECTO NEGATIVO E POSITIVO DA LIBERDADE.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

*1.2.2. O SUJEITO LIVRE NA CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA DO LIBERALISMO POLÍTICO.*ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.3. CONSIDERAÇÕES.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

ASPECTOS RELACIONADOS À ESFERA PÚBLICA E AO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1. TRADIÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS SOCIAIS.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1.1. A IGUALDADE......ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1.2. CONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.2. POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS NO BRASIL.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.2.1. POLÍTICAS SOCIAIS.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.2.2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.2.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.3. DIREITO A EDUCAÇÃO NO PÓS CF/88.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.4. CONSIDERAÇÕESERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

EFETIVIDADE DO DIREITO A EDUCAÇÃO....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.1. CONCEITO DE EFETIVIDADE......ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.2. DADOS ESTATÍSTICOS.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.2.1. RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS “OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO” – ODM E ASPECTOS AFINS.ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.2.2. ANALFABETISMO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINI
3.3. CONSIDERAÇÕES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINI
CONCLUSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.